



PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2010

E D I T A L

(Processo nº 018.981/09-7)

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 383, de 2009, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 29/2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.981/09-7, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO**, destinada à **aquisição de equipamentos de proteção individual, salvamento e combate a incêndio**.

A Sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste edital será realizada no seguinte local, data e horário:

LOCAL: Sala de Reuniões, 16º andar, Anexo I, Senado Federal, Brasília-DF.

DATA: 29 (vinte e nove) de junho de 2010.

HORÁRIO: 09:30 hs (nove horas e trinta minutos).

OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente no dia supracitado, os eventos respectivos ficam transferidos para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e o local preestabelecidos.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1 - O presente PREGÃO tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção e combate a incêndio, salvamento em altura e roupas de proteção contra arco elétrico, conforme quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas neste edital e seus anexos.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.2 - Não poderão participar da presente licitação empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com suspensão do direito de licitar com o SENADO ou com seus órgãos supervisionados, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, bem como não poderão participar, direta ou indiretamente, as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.



CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO, DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1 - No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste edital será realizada sessão pública para credenciamento, recebimento e abertura das propostas e documentos das respectivas licitantes, quando estas deverão apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, com caracteres destacados, além da denominação, firma ou razão social da licitante, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA
SENADO FEDERAL
PREGÃO Nº 090/2010**

**ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO
SENADO
FEDERAL
PREGÃO Nº 090/2010**

3.2 - Aberta a sessão, preliminarmente ao recebimento e à abertura dos envelopes, proceder-se-á ao credenciamento, oportunidade em que cada licitante far-se-á representar por seu titular, mandatário constituído ou pessoa devidamente munida de credencial, e somente a estes será admitido intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.2.1 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, constando poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.2.2 - A apresentação do Estatuto ou Contrato Social prevista no subitem anterior não isenta a licitante da apresentação dos atos constitutivos previstos no subitem 7.1.1, “a”, do Capítulo VII – Da Habilitação, deste edital.

3.2.3 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços e de declarar a intenção de interpor recurso, mantido o preço apresentado na sua proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.2.4 - A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, **deverá apresentar declaração constante do Anexo 07**, devidamente assinada por seu representante legal.



3.2.5 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

3.3 - Encerrada a fase de credenciamento, os interessados ou seus representantes legais deverão **apresentar ao Pregoeiro declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, ciente ainda da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores**, e entregar os envelopes, devidamente fechados e rubricados nos fechos, contendo as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002.

3.3.1 - A **declaração de que preenche os requisitos exigidos para a habilitação (Anexo 8)** deverá ser entregue separadamente dos envelopes contendo as propostas de preço e a documentação para a habilitação.

3.3.2 - A falta da declaração mencionada no subitem anterior implicará o não recebimento, pelo Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

3.4 - Encerrada a fase de recebimento dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.5 - Iniciada a abertura dos envelopes, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

3.6 - A apresentação da declaração de que preenche os requisitos exigidos para a habilitação, da proposta e dos documentos de habilitação poderá se dar pelos seguintes meios:

- a)** entrega pessoal pelo representante credenciado ao Pregoeiro, se presente à sessão do Pregão, na forma indicada no subitem 3.3.1;
- b)** por remessa postal (por carta registrada ou aviso de recebimento por mão própria) ou outro meio, que reste comprovado, de forma inequívoca, que o Pregoeiro tenha efetivamente recebido o documento original em tempo hábil para a devida apreciação.

3.7 - A remessa via postal deverá obedecer aos seguintes requisitos:

3.7.1 - A proposta de preço e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, na forma estabelecida no item 3.1, e, adicionalmente, ao seguinte:

- a)** os referidos envelopes deverão ser adicionados num terceiro envelope, igualmente fechado e indevassável;
- b)** este terceiro envelope deverá conter em sua parte externa os seguintes dizeres: nome da licitante, número da licitação, número do processo e a data e horário da sessão pública dos procedimentos do Pregão.



3.7.2 - A declaração de que preenche os requisitos exigidos para a habilitação (Anexo 8), bem como a declaração de enquadramento na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, para os fins dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (Anexo 7), será apresentada fora dos envelopes de nº 1 e de nº 2, porém encartada dentro desse terceiro envelope.

3.8 - O SENADO e o Pregoeiro não se responsabilizarão por eventuais atrasos ou extravios de correspondência relativas às remessas via postal, sendo desconsiderados aqueles documentos entregues ao Pregoeiro depois de declarada a abertura da sessão, ocasionando, portanto, a não aceitação da licitante correspondente no certame licitatório.

CAPÍTULO IV - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta, que deverá constar do envelope de nº 1, com prazo de validade de **60 (sessenta) dias corridos** a contar da data prevista para abertura desta licitação, impressa em duas vias, na língua portuguesa, sem rasuras, com nome e endereço completos, telefone (fax), CNPJ, números da agência, conta corrente e banco, número da licitação, dia e hora de abertura, datada e assinada pelo responsável legal, deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

4.1.1 - **especificação detalhada, marca e modelo do objeto cotado (e prospecto do fabricante contendo os dados técnicos do produto ofertado, caso tais informações sejam essenciais à análise da proposta)**, conforme especificações técnicas do Anexo 02 deste edital, **vedada a cotação de opção**;

4.1.2 - **preço unitário, total do item e total do grupo**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital;

4.1.3 - **prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou o indicado pelo fabricante, se for maior**, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do recebimento definitivo.

4.2 - Na verificação de erro de cálculo entre o preço unitário e o total, prevalecerá sempre o unitário, e entre o valor expresso em algarismos e o por extenso, prevalecerá o por extenso, para efeito de saneamento.

4.3 - Somente serão consideradas, para fins de julgamento, as propostas que apresentarem cotação de todos os itens, daqueles constantes do mesmo grupo.

4.4 - Não é permitido à licitante cotar quantidade inferior àquela estabelecida nas especificações deste edital e seus anexos

4.4 - Em nenhuma hipótese a proposta apresentada poderá ser alterada, admitida, a critério do Pregoeiro, apenas alterações de caráter absolutamente formal.

4.5 - A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.



CAPÍTULO V - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - Para julgamento das propostas o Pregoeiro levará em consideração o **MENOR PREÇO FINAL APURADO POR GRUPO**, desde que atendidas às especificações constantes deste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com as mesmas.

5.2 - Abertos os envelopes “PROPOSTA” de todos os participantes, o Pregoeiro, em consonância com o estabelecido no item 5.1, declarará as propostas classificadas e desclassificadas e, em seguida, convocará o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela para fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

5.2.1 - Para fins do estabelecido no item 5.2, serão corrigidos pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

5.3 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, sendo ainda desclassificada a proposta que consignar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

5.4 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.2, o Pregoeiro convocará para a etapa de lances verbais as 3 (três) melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.5 - Verificado o empate entre as propostas escritas, para efeito da classificação das licitantes convocadas para a sessão de lances verbais, conforme dispõe o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, c/c o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, deverá ser aplicado o direito de preferência estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

5.6 - No caso de persistir o empate entre as melhores propostas ou comprovada a inviabilidade de aplicação da regra de preferência citada no item anterior, o Pregoeiro procederá ao sorteio, observado o disposto no art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

5.7 - Às licitantes que forem convocadas para a etapa de lances verbais será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a começar da autora da proposta considerada como a de maior preço.

5.8 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances verbais do presente certame, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances ou na hipótese da existência de apenas propostas escritas, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:



a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas no limite estabelecido no “caput” deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

5.8.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.9 - Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

5.10 - Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço, observado o disposto nos itens 4.1 e 4.2, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e ao valor da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, podendo a seu critério solicitar amostras ou demonstrações dos objetos ofertados para análise técnica, a ser realizada na forma do Capítulo VI do presente edital.

5.10.1 – Em consonância com o preço médio apurado em pesquisa efetuada pelo SENADO, não serão aceitas as propostas com preço(s) superior(es) ao constante no Termo de Referência, Anexo 1.

5.10.2 – No caso de solicitação de amostras ou demonstrações, o procedimento será interrompido para que, nos prazos previstos no item 6.1 deste edital, estas possam ser entregues para análise.

5.10.3 – Após a emissão de parecer definitivo sobre a aceitabilidade das amostras apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes que participaram da fase de ofertas de lances para prosseguimento do procedimento licitatório.

5.11 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado.

5.12 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será habilitada e declarada a proponente vencedora e, não havendo manifestação **imediata e**



motivadamente pela interposição de recurso, conforme Capítulo VIII deste edital, ser-lhe-á adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta vencedora.

5.13 - Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com este edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, desde que não tenha havido manifestação pela interposição de recurso.

5.14 - Ocorrendo a hipótese prevista nos itens **5.12** ou **5.13**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a vencedora para que seja obtido preço melhor.

5.15 - É facultado ao Pregoeiro promover vistoria nas instalações do fornecedor com a finalidade de comprovar a capacidade de fornecimento.

5.16 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, que será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelas licitantes presentes.

5.17 - A licitante, no caso de ter alterado os valores de sua proposta original, mediante lances verbais, terá que apresentar ao Pregoeiro, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da adjudicação do objeto, nova proposta com a recomposição do preço final ofertado, em valores unitários e total da proposta.

5.18 - Em substituição ao procedimento previsto no item anterior, as licitantes poderão optar por trazer, além da proposta escrita, a cópia da mesma em meio magnético, de modo que aquela que for declarada vencedora possa proceder à recomposição dos preços ao término da sessão e imprimi-la para anexação aos autos, no mesmo modelo da proposta original.

5.18.1 - Os lances ofertados serão considerados ponderadamente, ou seja, o mesmo percentual de redução no valor global do grupo deverá ser considerado em cada item do mesmo grupo.

5.19 - A adjudicação do Pregoeiro ficará sujeita à homologação pela autoridade competente.

CAPÍTULO VI – DA AMOSTRA

6.1 - O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra ou demonstração dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de **até 02 (dois) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

6.2 - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, no Serviço de Prevenção de Acidentes – SEPREV/SSMANT/SENG, situada na Via N2, Bloco de Apoio IV – Senado Federal, Praça dos Três Poderes – Brasília – DF, CEP 70.165-900. Para maiores esclarecimentos técnicos, as empresas deverão contatar o Sr. Ronaldo Silva, telefones (61) 3303-3478 ou 3303-3477.



6.3 - Caso as amostras ou demonstrações da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

6.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

6.5 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

CAPÍTULO VII - DA HABILITAÇÃO

7.1 - O envelope de nº 2 (DOCUMENTAÇÃO) deverá conter os documentos relacionados nos **subitens 7.1.1 a 7.1.5, sob pena de inabilitação**:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) atos constitutivos e suas respectivas alterações devidamente registrados e/ou um dos documentos mencionados no artigo 28 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do MF – Ministério da Fazenda;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal (**DIF**);

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (**CRF**);

d) prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (**CND**);

e) prova de regularidade com a Fazenda Pública, mediante a apresentação exclusiva dos seguintes documentos:

e.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Secretaria da Receita Federal;

e.2) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda estadual ou do Distrito Federal, expedida pela Secretaria da Fazenda; e

e.3) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda.



7.1.3 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a) **Atestado de Capacidade Técnica** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, fornecimento compatível com o objeto licitado.

7.1.4 - IDONEIDADE FINANCEIRA:

- a) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mediante os seguintes critérios:

I. peso 2 (dois) ao ILG – Índice de Liquidez Geral, obtido a partir da fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}, \text{ onde:}$$

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

II. peso 1 (um) ao ILC – Índice de Liquidez Corrente, obtido a partir da fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}, \text{ onde:}$$

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

III. IM – Índice Médio, obtido a partir da fórmula:

$$\text{IM} = \frac{(\text{ILG} \times 2) + (\text{ILC} \times 1)}{3}$$

IV. IME – Índice Médio Exigido: igual ou maior que **0,8 (oito décimos)**.

- b) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.1.5 - APRESENTAR, AINDA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- a) **declaração** da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º; da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo 4;



b) declaração, sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste edital, conforme modelo constante do Anexo 5;

c) declaração de fato impeditivo superveniente, conforme modelo constante do Anexo 6.

7.2 - Qualquer documento exigido no item 7.1 poderá ser apresentado nesta licitação por cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.2.1 - O membro da equipe de apoio somente efetuará a autenticação do documento mediante a apresentação do original e de uma cópia legível.

7.3 - Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com o mesmo CNPJ.

7.4 - O documento que não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos. Excetua-se o documento cuja validade é indeterminada.

7.5 - O **Certificado de Registro Cadastral**, expedido pelo SENADO ou por órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, substitui os documentos relacionados para habilitação jurídica e regularidade fiscal e, ainda, a Certidão Negativa de Falência ou Concordata.

7.6 - Da habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006:

a) as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

c) a não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO VIII - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

8.1 - Qualquer solicitação de esclarecimento, providência ou impugnação referente a este ato convocatório deverá atender aos requisitos do art. 12, *caput*, e §§ 1º e 2º, do Anexo I do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 (Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão).



8.2 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Pregoeiro, nos termos do art. 4º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e do art. 15, inciso VI, c/c com o art. 16, inciso VIII, e art. 18 do Ato n.º 29/2003 da Comissão Diretora do SENADO.

8.3 - Toda impugnação ou razão de recurso referente a este ato convocatório deverá ser protocolizado no Serviço de Protocolo Administrativo do SENADO, localizado no térreo do Edifício Anexo I, no horário das 9:00 às 17:00 h, em dias úteis.

8.4 - O Pregoeiro desconsiderará qualquer impugnação, razão de recurso ou informação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

CAPÍTULO IX - DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

9.1 - Homologada esta licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** da convocação, ficando sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

9.2 - Caso adjudicatária não cumpra o estabelecido no item anterior, o SENADO convocará as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.3 - As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 9.2, *in fine*, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 9.1.

9.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla defesa.

CAPÍTULO X- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A entrega da proposta e da documentação implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão.

10.2 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação” em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos deste edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

10.2.1 - A interrupção dos trabalhos de que trata o item 10.2 somente dar-se-á, em qualquer hipótese, após a etapa competitiva de lances verbais;

10.2.2 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.



10.2.3 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato ou documento equivalente (nota de empenho) pela(s) licitante(s) vencedora(s). Após o que ficarão por 10 (dez) dias à disposição das licitantes interessadas e, ao final deste prazo, sem que sejam retirados, os mesmos serão destruídos.

10.3 - Este edital e seus anexos integrarão o contrato que venha a ser firmado com o SENADO, independentemente de transcrição.

10.4 – Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo 1 (Termo de Referência);
- b) Anexo 2 (Especificações Técnicas);
- c) Anexo 3 (Minuta de Contrato);
- d) Anexos 4 a 8 (modelos de declaração).

10.5 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação.

10.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/93 estão previstas nos anexos deste edital.

10.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

10.8 - A cópia deste edital poderá ser obtida mediante a apresentação do comprovante de pagamento da taxa de R\$ 10,00 (dez reais), por intermédio da **GRU** (Guia de Recolhimento da União), em 02 (duas) vias, a ser entregue na Secretaria da CPL, no 16º andar do Edifício Anexo I do SENADO, nos dias úteis, das 8:30 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, local onde também serão prestados esclarecimentos sobre a licitação e as situações previstas no subitem 10.7 deste edital, telefone (0xx61) 3303-3036 e 3303-3014, ou pelo site www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia/licitacoes.

Brasília, 10 de junho de 2010.

LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA
Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO Nº 090/2010

ANEXO 1

PROCESSO Nº 018.981/09-7

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Aquisição de equipamentos de proteção e combate a incêndio, salvamento em altura e roupas de proteção contra arco elétrico.	
QUANTIDADE	Conforme Especificações Técnicas (Anexo 02).	
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Especificações Técnicas (Anexo 02).	
VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO	Grupo 1: R\$ 106.764,00	Grupo 8: R\$ 5.320,00
	Grupo 2: R\$ 49.076,67	Grupo 9: R\$ 2.214,00
	Grupo 3: R\$ 1.906,97	Grupo 10: R\$ 2.592,00
	Grupo 4: R\$ 6.350,00	Grupo 11: R\$ 94.333,33
	Grupo 5: R\$ 2.153,33	Grupo 12: R\$ 103.600,00
	Grupo 6: R\$ 1.660,00	Grupo 13: R\$ 19.166,67
	Grupo 7: R\$ 1.770,00	Grupo 14: R\$ 21.820,00
JUSTIFICATIVA	A aquisição do objeto desta licitação visa proporcionar condições de segurança e preservação da vida, quando da intervenção em situações de incêndio, salvamento em altura e em ambientes sujeitos a arco elétrico.	
PRAZO DE ENTREGA	Até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.	
PRAZO DE GARANTIA	De, no mínimo, 12 (doze) meses.	
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço por Grupo.	
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da despesa: 3.3.90.30 e 44.90.52 Programa de trabalho: 000040	
LOCAL DE ENTREGA	Subsecretaria de Manutenção – SSMANT/SENG	
UNIDADE FISCALIZADORA	Subsecretaria de Manutenção – SSMANT/SENG	

Brasília, 10 de junho de 2010.

LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA
Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO Nº 090/2010

ANEXO 2

PROCESSO Nº 018.981/09-7

ANEXO 02

Especificações Técnicas

GRUPO 1					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Conj.	04	Conjunto de aproximação e combate a incêndio, composto de calça e blusão 3/4, confeccionado em Nomex, impermeável, Nível B, cor preta com faixa refletiva.		
02	Unid.	04	Capa de aproximação e combate a incêndio, 7/8 em Nomex impermeável, Nível B, cor preta com faixa refletiva.		
03	Par	04	Bota de combate a incêndio, com biqueira e palmilha em aço, vulcanizada e com alta resistência mecânica, cor preta com detalhes amarelos e faixa refletiva no cano.		
04	Unid.	04	Capacete para combate a incêndio "CAPACETE BOMBEIRO", com casco externo construído em composto de kevlar e fibra de vidro, padrão europeu, com sistema interno de absorção de choques, na cor amarela.		
05	Unid.	04	Capuz tipo "balacrava", confeccionado em malha aramida 300gr		
06	Par	04	Luva para combate e aproximação a incêndio (LUVA BOMBEIRO), confeccionada em para-aramida, na cor amarela		
07	Conj.	04	Equipamento de respiração autônoma, completo, com suporte, com tiras e cinto de ajuste, máscara autônoma com cilindro de 06 litros/BAR, em estojo (60 minutos) em fibra de carbono, modelo BD-96, com saída opcional de mais 01 manômetro (carona)		
VALOR TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)					



Observação Grupo 1

A CONTRATADA deverá apresentar o **Certificado de Aprovação (CA)** do Ministério do Trabalho e Emprego para todos os itens deste grupo.

GRUPO 2					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	04	Capa 7/8 Oper – Risco II – Blenda FR7 - tecido tipo sarja 2 x 1, composto de 88% de algodão e 12 % de poliamida com tratamento retardante a chamas RF. Conforme NFPA-70E-2004,		
02	Unid.	10	Capuz tipo balacrava, confeccionado em malha jersey de aramida, abertura parcial, com costuras reforçadas e em linhas de aramida		
03	Unid.	10	Capuz sobrepor – Carrasco elétrico Risco II – Blenda FR7 - tecido tipo sarja 2 x 1, composto de 88% de algodão e 12 % de poliamida com tratamento retardante a chamas RF. Conforme NFPA-70E-2004,		
04	Unid.	10	Macacão tradicional elétrica, Risco II – Blenda FR7 - tecido tipo sarja 2 x 1, composto de 88% de algodão e 12 % de poliamida com tratamento retardante a chamas RF. Conforme NFPA-70E-2004		
05	Par	10	Luva elétrica, sobrepor Cano longo Risco IV – Blenda FR7 - tecido tipo sarja 2 x 1, composto de 88% de algodão e 12 % de poliamida com tratamento retardante a chamas RF. Conforme NFPA-70E-2004, cor laranja		
06	Par	10	Calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionada em couro vacun, curtido ao cromo, solado de poliuretano bidensidade, sem biqueira de aço, para uso em eletricidade		
VALOR TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)					

Observações Grupo 2:

- 1) A CONTRATADA deverá apresentar o **Certificado de Aprovação (CA)** do Ministério do Trabalho e Emprego para todos os itens deste grupo.
- 2) O tecido utilizado na confecção das vestimentas deve ser resistente a arco elétrico e à chama, com as seguintes características:



- a) não permitir a propagação da chama depois de cessada a fonte de calor;
- b) não provocar a emissão de gases tóxicos;
- c) atingir ATPV (valor de desempenho térmico do arco elétrico) mínimo de 8 calorias/cm²;
- d) atingir HAF (fator de atenuação de calor) mínimo de 70%;
- e) cobrir a classe de risco 2 conforme TABELA 2 ou NFPA70E;
- f) características de conforto similares às do tecido de algodão não resistente à chama;
- g) resistência mínima à tração na trama e no urdume de 26 kgf e 38 kgf, respectivamente, conforme ASTM 5034;
- h) não causar dermatoses de contato na pele do usuário;
- i) manter a característica ignífuga após ser submetido a, no mínimo, 100 (cem) lavagens;
- j) estabilidade dimensional, conforme NBR 10320: urdume – alteração $\pm 2\%$, no máximo e trama – alteração $\pm 2\%$, no máximo;
- k) resistência a abrasão, conforme ASTM D 3886: 200 ciclos, no mínimo;
- l) solidez de cor a fricção, conforme NBR 8432: úmido – transferência 4, seco - transferência 4/5, no mínimo;
- m) solidez de cor a luz (40h), conforme NBR 12997: escala cinza 4, escala azul 4/5, no mínimo;
- n) solidez de cor a lavagem (método acelerado), conforme NBR 10597: C1 - alteração 4, transferência 4; C3 - alteração 4, transferência 4, no mínimo;
- o) solidez de cor a ferro quente, conforme NBR 10188: úmido – alteração 4/5, transferência 4/5, seco - alteração 4/5, transferência 4/5, no mínimo;
- p) solidez de cor ao suor ácido e alcalino, conforme NBR 8431: ácido - alteração 4/5, transferência 4, alcalino - alteração 4/5, transferência 4, no mínimo.

GRUPO 3					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	10	Aparelho tipo oito (descensor), de uso profissional, fabricado em aço forjado inoxidável de alta resistência (mínimo 50KN), dimensões aproximadas 160 x 160 mm, para utilização de corda de bitola entre 9 e 16mm. Apresentar laudos dos ensaios e testes do IPT.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)					



GRUPO 4					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	rolo c/ 100m	03	Corda dinâmica para descida e resgate em altura, bitola 10,6mm, construída com alma hidrofóbica (moléculas polimerizadas). Força de impacto não inferior a 8KN. Elasticidade/alongamento máxima de 7,7%, Peso máximo de 70g/m. Certificada pelo UIAA e/ou órgão nacional.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 4 (R\$)					

GRUPO 5					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	10	Mosquetão em aço zincado, com trava rosqueável, comprimento inferior a 128mm, abertura do gatilho máximo em 30,5mm, resistência de peso não inferior a 46KN. Certificado NFPA.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 5 (R\$)					

GRUPO 6					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Par	10	Luva de rapel para salvamento em altura, confeccionada em vaqueta de alta qualidade, com protetor de espuma no dorso, reforço externo na palma e polegar, ajuste no punho com velcro com costuras reforçadas, Tamanhos M e G.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 6 (R\$)					

GRUPO 7					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	06	Cadeira de segurança, tipo pára-quedista, confeccionada em fita de poliéster, com sistema de ajuste por fivelas de duralumínio, 04 alças para transportes de materiais com revestimento em PVC, "looping" de segurança com capacidade de carga de 25KN.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 7 (R\$)					



GRUPO 8					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	06	Cadeira de resgate com regulagem completa, presilhas auto-brocantes de metal, com capacidade de carga de 45KN, com suportes laterais para materiais e que permita a acoplagem de suspensórios anti-quedas, em conformidade com as normas CE e EM-358.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 8 (R\$)					

GRUPO 9					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	06	Capacete de resgate, casco confeccionado em termoplástico injetado de alta resistência (ABS), com proteção integral para o crânio. Tamanhos certificado pela EM 12492 (2000), CE, ANS-Z89.1/2003, Tipo I classe C.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 9 (R\$)					

GRUPO 10					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	06	Lanterna de fixação em capacetes, com corpo confeccionada em plástico de alta resistência, com 8 leds de luz branca e 2 vermelhos, 03 pilhas AAA, fixação no capacete através de tira elástica ajustável.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 10 (R\$)					

GRUPO 11					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid.	02	Detector Multi-Gás H2S, CO, O2, e Gases combustíveis (LEL), proteção a prova de impacto, LCD contínuo, alimentação com 02 pilhas alcalinas AA ou bateria NiMH, com tempo mínimo de utilização de 16 horas, com quatro níveis de alarme.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 11 (R\$)					



GRUPO 12					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Conj	28	Conjunto composto de 02 (duas) máscaras de fuga e 01 (um) abrigo, sendo: <u>Máscara de fuga:</u> confeccionada em tecido anti-chama, com proteção contra fumos e gases de queima por um período mínimo de 15 minutos, contendo na parte interna uma mascarilha fabricada em neoprene para fixação do filtro combinado, peso aproximado de 600g, certificação DIN 58647. Cada máscara deverá portar um filtro tipo P-2, com certificação EN141. <u>Abrigo:</u> Confeccionada em material rígido, resistente e anti-séptico, compartimento transparente para guarda de máscara de fuga, com capacidade de armazenamento de 02 (duas) máscaras.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 12 (R\$)					

GRUPO 13					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid	10	Máscara de fuga confeccionada em tecido anti-chama, com proteção contra fumos e gases de queima por um período mínimo de 15 minutos, contendo na parte interna uma mascarilha fabricada em neoprene para fixação do filtro combinado, peso aproximado de 600g, certificação DIN 58647. Cada máscara deverá portar um filtro tipo P-2, com certificação EN141.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 13 (R\$)					

GRUPO 14					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Unid	60	Filtro tipo P-2, com certificação EN141, compatível com máscara de fuga de certificação DIN 58647.		
VALOR TOTAL DO GRUPO 14 (R\$)					

Observações Grupos 3 a 14

A CONTRATADA deverá apresentar o **Certificado de Aprovação (CA)** do Ministério do Trabalho e Emprego, para os grupos 7, 8, 12 (subitem máscara) e 13.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO Nº /2010

ANEXO 3

(Processo nº 018.981/09-7)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado,
o SENADO FEDERAL e, do outro,
.....,
para **aquisição de equipamentos
de proteção e combate a
incêndio, salvamento em altura e
roupas de proteção contra arco
elétrico.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pelo seu _____, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO nº ____/2010, homologado pelo Senhor Diretor-Geral _____, às fls. ... do Processo n.º 018.981/09-7, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/98 e 29/03, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto **aquisição de equipamentos de proteção e combate a incêndio, salvamento em altura e roupas de proteção contra arco elétrico**, de acordo com os termos e especificações constantes do Anexo 2 do edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;



II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver; e

III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA entregará os materiais novos e sem uso, de acordo com a marca e características discriminadas em sua proposta, acondicionados em embalagem de fábrica, no prazo de **até 60 (sessenta) dias**, a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de garantia do objeto, contra defeito de fabricação e funcionamento é de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo”, excluídas as peças e componentes que se desgastam naturalmente com o uso regular, observado o disposto no art. 12 c/c arts. 26 e 27 do Código de Proteção e Defesa ao Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia de fábrica do objeto, por quaisquer procedimentos necessários junto ao fabricante, de forma a assegurar prontamente ao SENADO a substituição do mesmo por um novo, caso seja necessária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem qualquer ônus adicional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - (No caso dos grupos 1, 2, 7, 8, 11 e 12) - A CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO QUARTO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado este contrato, o seu objeto será recebido:



I - provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com a especificação;

II - definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após **verificação das quantidades e especificações do objeto**, que comprove a qualidade dos materiais e sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores a seguir, conforme proposta de fls ____.

GRUPO 1					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
02	Un.				
03	Un.				
(...)					
VALOR TOTAL DO GRUPO 1					

GRUPO 2					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
02	Un.				
03	Un.				
(...)					
VALOR TOTAL DO GRUPO 2					

GRUPO 3					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 3					

GRUPO 4					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 4					

GRUPO 5					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 5					



GRUPO 6					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 6					

GRUPO 7					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 7					

GRUPO 8					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 8					

GRUPO 9					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 9					

GRUPO 10					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 10					

GRUPO 11					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 11					

GRUPO 12					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 12					

GRUPO 13					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 13					



GRUPO 14					
ITEM	UN.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	Preço unitário	Preço total
01	Un.				
VALOR TOTAL DO GRUPO 14					

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do presente instrumento é de R\$ (.....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal em 2 (duas) vias, com a discriminação do produto entregue, acompanhada do original da nota de empenho, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento ficará condicionado à prévia atestação do gestor na nota fiscal e à entrega dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sob pena de suspensão do pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo terceiro desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000040 e Natureza de Despesa 339030 e 449052, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº, de de 2010.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$_____ (_____) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;ou
- III. fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo na data de assinatura do instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I - apresentar documentação falsa;

II - fraudar na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo;

IV - fazer declaração falsa;

V - cometer fraude fiscal.



PARÁGRAFO SEGUNDO - A ocorrência de algumas das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral deste contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo anterior, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO QUINTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela CONTRATADA e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- II** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- III** - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



PARÁGRAFO QUARTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e terá duração até 12 (doze) meses após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo previsto na cláusula quarta, inciso II.

PARAGRAFO PRIMEIRO – O prazo de entrega do objeto deste contrato é de até 60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura deste contrato.

PARAGRAFO SEGUNDO – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2010.

**REPRESENTANTE
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC



PREGÃO 090/2010

ANEXO 4

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.
(EMPREGADO MENOR)**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Brasília, ____ de _____ de 2010

(Representante legal da empresa)



PREGÃO 090/2010

ANEXO 5

**DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE NÃO SE ENCONTRA EM QUALQUER
SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 2.2 DESTE EDITAL**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no item 2.2 do Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não estar a empresa, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar com o Senado Federal ou seus órgãos supervisionados, ou declarada inidônea por qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital.

Brasília, ____ de _____ de 2010.

(Representante legal da empresa)



PREGÃO 090/2010

ANEXO 6

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
SUPERVENIENTES**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, ____ de _____ de 2010.

(Representante legal da empresa)



PREGÃO 090/2010

ANEXO 7

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE
E SOCIEDADE COOPERATIVA**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no subitem _____ do Edital _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Brasília, ____ de _____ de 2010.

(Representante legal da empresa)



PREGÃO 090/2010

ANEXO 8

**DECLARAÇÃO DE QUE PREENCHE OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A
HABILITAÇÃO**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da CI nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, que preenche os requisitos exigidos para sua habilitação no presente processo licitatório (indicar o nº deste Pregão).

Brasília, ____ de _____ de 2010

(Representante legal da empresa)